



f

Ata da 2ª (Segunda) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 08 de fevereiro de 2022, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador José de Oliveira Lima. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Paulo Sérgio de Toledo Costa e Renildo Nascimento Peçanha.** Havendo quórum regimental foi declarada em nome de Deus aberta a presente sessão. A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Indicação N° 1/2022. Ementa:** Indica a necessidade de estabelecer a obrigatoriedade da presença de Cirurgiões Dentistas capacitados nos Hospitais municipais em Itapemirim. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Indicação N° 2/2022. Ementa:** Indica criação na estrutura administrativa da Secretaria de Educação do Município, o Núcleo de Educação Escolar Quilombola, composto de profissionais Quilombolas habilitados. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Indicação N° 3/2022. Ementa:** Indica retomada da construção do cemitério público, na localidade de Brejo Grande do Norte, neste município. Reiterando a Indicação 005/2021 encaminhada ao Executivo Municipal em 22/02/2021. **Autoria: Lenildo Henriques. Requerimento de Informação N° 1/2022. Ementa:** Requer que seja encaminhado a esta Casa de Leis, prestação de contas referente ao convênio da Prefeitura Municipal e o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao ano de 2021. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Projeto de Lei N° 6/2022. Ementa:** Dá denominação de Rua "Brasilina Gonçalves de Oliveira", no Bairro Itaoca, neste município. **Autoria: Lucimar Alves Soares. Projeto de Lei N° 7/2022. Ementa:** Institui a Festa "Cavalcada da Liberdade", em Graúna neste município. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Projeto de Lei N° 8/2022. Ementa:** Altera o anexo II da Lei Municipal N° 2.442, de 12 de julho de 2011, que institui o Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Itapemirim, e dá outras providências. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto. Projeto de Lei N° 9/2022. Ementa:** Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos Guardas Legislativos Municipais pertencentes ao quadro permanente da Câmara Municipal de Itapemirim nos termos em que especifica. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto. Projeto de Lei N° 10/2022. Ementa:** Altera o anexo I da Lei Municipal N° 2.932, de 03 de maio de 2016, que dispõe sobre a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto. Projeto de Lei N° 11/2022. Ementa:** Altera o §1º do Art. 2º da Lei Municipal N° 2.918, de 21 de dezembro de 2015, que disciplina a concessão de auxílio alimentação dos servidores ativos (efetivos e comissionados) da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto. Projeto de Lei N° 12/2022. Ementa:** Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei N° 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** O Vereador Presidente José Lima pediu Urgência Especial no Projeto acima citado. O Vereador Júlio César Ferreira disse que gostaria que houvesse um debate maior sem a necessidade de uma votação rápida ainda que pudesse ser voto vencido na urgência da votação, mas que o pedido do Vereador Presidente José Lima fosse apreciado em plenário. O Vereador João Bechara Netto disse que gostaria de propor a Urgência Simples que seria um intermediário entre a votação normal e a Urgência Especial, mas que como o pedido de Urgência Especial do Vereador Presidente José Lima havia sido feito primeiro, que o referido pedido fosse então colocado em apreciação do plenário. O pedido de Urgência Especial entrou em votação, sendo aprovado. O Vereador Presidente José Lima disse que na hora da discussão dos projetos apresentaria uma emenda para que fosse pago o retroativo de janeiro, referente ao Projeto do Auxílio Natalício;



disse ainda que a sessão ordinária seria paralisada por dez minutos para que os pareceres fossem dados pelas comissões. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** mencionou que no momento da apreciação, também iria propor uma emenda retroativa a janeiro referente ao Projeto de Lei 9/2022 que trata do Auxílio de Periculosidade dos Servidores da Câmara. Em seguida houve pausa de dez minutos na Sessão Ordinária e após deu-se início ao **PEQUENO EXPEDIENTE**: O **Vereador João Bechara Netto** cumprimentou a todos, solicitou que o telão fosse ativado para que pudesse tratar de um assunto e relatou que no presente dia estava caminhando próximo à Igreja Católica da Vila e foi parado por um casal de marido e mulher que relataram algumas situações; mostrou algumas fotos no telão referente à situação pós chuva no Bairro Nametala Ayub que deixou alguns cidadãos numa situação difícil, dentre elas, a foto da casa 09 na quadra G da proprietária Zuleica que mora com o marido e quatro crianças; disse que os proprietários da casa choraram muito, que a Secretaria de Defesa Social fez sua parte, de forma que a Defesa Civil foi até o local, preparou um relatório e a Secretaria de Defesa Social encaminhou um expediente para a Secretaria de Assistência Social, onde a Secretária Adriana Peçanha encaminhou o mesmo expediente para a Secretaria de Obras; relatou que o barranco cedeu e o muro do vizinho da referida casa atingiu a parede da casa da cidadã Zuleica que não tem condição de mexer na casa, pois sua família é muito carente; falou q os proprietários da casa relatam que foram várias vezes na Ação Social, na Secretaria de Obras, mas que estão sendo jogados como peteca, pois uma secretaria os joga para outra e ninguém resolve nada; relataram também ao Vereador João Bechara Netto que estiveram na Secretaria de Obras e o engenheiro por nome de Felipe informou que não poderia ir ao local porque não tinha um carro; **Vereador João Bechara Netto**: disse que o que mais tem na Prefeitura são carros, que era inadmissível um servidor precisar de um carro, conforme já viu vários relatando que para sair da Secretaria de Obras para a Secretaria de Ação Social tem que ser de carro e falou que é muita mordomia, muito luxo, muito ostentar e fazer hora com a cara do povo sofrido; disse que o casal chorou de soluçar com sua pessoa e que não sabem mais o que fazer e a quem recorrer e para uma administração que fala tanto em cuidar de gente estão andando na contramão com o que estão fazendo com o casal; mencionou que é coisa simples de resolver, mas ninguém resolve, sendo que a prefeitura tem pessoal para fazer novamente o muro que foi afetado, tem material de construção porque foi licitado e sabia disso, pois acompanha os processos licitatórios pelo site e que inclusive havia uma empresa recente fazendo casas entre o Odin Moreira e o Nametala e se houvesse uma conversa com a referida empresa, esta levantaria o muro; clamou por mais humanidade com o povo, por mais amor ao próximo, que tivessem um pouquinho de vergonha de fazer com que o dinheiro público seja às vezes levado para as cidades vizinhas pelo fato de na prefeitura ter muitos funcionários que não são de Itapemirim, de forma a se tornar cabide de emprego para angariar voto para a irmã do prefeito para Deputado Estadual; disse que nunca se viu tanta cara estranha dentro da prefeitura e o povo de Itapemirim sem ter o básico feijão com arroz, em seguida mostrou no telão mais algumas fotos e um vídeo de como está o muro da casa da cidadã Zuleica e falou que o município tem condição de resolver, mas que até o presente momento, a família estava passando por constrangimento e humilhação, sem saber a quem recorrer, sendo que a família tem quatro crianças em risco e desde o dia 02 de fevereiro até o presente momento a prefeitura ainda não havia resolvido. O **Vereador Júlio César F. Magalhães** cumprimentou a todos e disse que atendendo ao pedido de um morador, fez uma visita em Bom Será e houve reclamações em relação às ruas que estão com muitos buracos; falou que gostaria de pedir ao Executivo que olhasse por Bom Será que é um povo de bem, trabalhador, que contribui bastante para o crescimento da cidade e precisa ter respeitado o seu direito de ir e vir, pois é sabido que quando existe algum buraco, alguma cratera no meio do asfalto, isso coloca em risco a vida de pessoas que não imaginam que em determinado local existe um obstáculo; falou que ficou muito feliz quando chegou em Bom Será por ver que a patrol havia passado e também ao ver as ruas sendo lavadas por caminhão pipa, pois isso mostrou que o Executivo não virou as



costas para Bom Será, mas que aproveitasse tal cuidado para atender o pedido dos moradores de terem suas ruas melhoradas; relatou que no caminho para Bom Será ficou surpreso e feliz com uma obra que foi finalmente concluída em Fazenda Velha, mas que a alegria durou pouco, pois havia uma placa informativa constando o valor da obra e o prazo para conclusão, mas não constava o QR Code para que o morador pudesse acessar informações de qualquer obra do município, tais como: fiscal responsável pela obra, valor da licitação, prazo de entrega, sendo este um projeto criado por sua pessoa ano passado e que já nas primeiras obras não obedeceram; deixou seu pedido ao Executivo para que se fizesse cumprir a lei que foi aprovada, que colocasse o QR Code nas placas para que os moradores não precisassem ir até à Vila pedir informações. O **Vereador Presidente José Lima** cumprimentou a todos e disse que faria um questionamento com relação ao Distrito de Itapecoá que está há anos sem atendimento odontológico, sendo que no distrito já existe um consultório praticamente todo equipado, faltando apenas uma pia e a contratação de um profissional para atender a população; falou que tem recebido muita reclamação e fez um apelo à Secretaria de Saúde para que atendesse a população nos serviços básicos; disse que outra reclamação da população foi em relação ao transporte escolar e que apesar das aulas municipais ainda não terem sido iniciadas, o gestor municipal teria que olhar com carinho também pelas crianças do Estado, pelos alunos que ficaram sem o transporte escolar e tiveram que caminhar a pé; mencionou que falam de saúde e educação, mas na hora de se ter fatos concretos deixam a desejar e que era necessário que o Poder Público não deixasse tal situação perdurar por muito tempo; disse que acreditava que tinha tudo para dar certo, que era ó questão de vontade política em fazer as coisas. Em seguida passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**: O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** cumprimentou e agradeceu a presença de todos e disse que estavam muito preocupados com a situação do Transporte Escolar, conforme havia dito o Vereador Presidente José Lima, por ser um problema de transporte relacionado ao Governo do Estado, mas com alunos do município de Itapemirim e dessa forma, não podiam fazer vista grossa, pois tinha muitos pais preocupados pelo fato de seus filhos estarem sem o transporte escolar; relatou que na semana anterior, os vereadores foram procurados por alguns pais de alunos e o Vereador Presidente José Lima autorizou a iniciativa de ir até a SEDU (Secretaria de Educação) do Estado do Espírito Santo para tentar intermediar o assunto junto ao Governo do Estado; disse que certamente haviam órgãos competentes e com maior autonomia para isso, mas que não poderiam esperar, pois o assunto era de extrema urgência, pois havia alunos da Comunidade de Paineiras, Garrafão, Córrego do Ouro, Campo Acima, Vila, Itaipava e Itaoca cursando o Ensino Fundamental, Médio e Integral passando por grande dificuldade; relatou que tiveram avanços, em relação aos alunos de Campo Acima e Vila que estudam no Washington Pinheiro Meirelles, Polivalente e Escola Professor José Veiga, em algumas áreas e algumas respostas positivas após reunião com o Subsecretário Aurélio da Secretaria de Educação de que o transporte escolar retornaria no dia seguinte ou ainda durante a presente semana; relatou ainda que durante o período em que se encontravam na SEDU, a pessoa responsável pela área técnica fez um levantamento do custo para manter o transporte escolar dos alunos de Campo Acima e Vila, ficando este em torno de R\$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Reais) por ano e imediatamente fizeram contato com a Superintendente de Educação em Cachoeiro que ficou de no dia seguinte fazer contato com o município de Itapemirim que já tem transporte contratado, para solicitar de Itapemirim que preste o serviço; falou que em relação aos alunos de Paineiras, estavam aguardando uma resposta, pois quando estavam prestes a conseguir o transporte escolar para atender esses alunos, uma das servidoras fez um levantamento da matrícula dos alunos de Paineiras que estudam no Washington Pinheiro Meirelles e no sistema da SEDU foram encontrados apenas sete alunos matriculados e no momento sua pessoa não tinha como comprovar que haviam mais alunos, mas acredita que tenha sido uma falha no sistema e iria até o Washington Pinheiro Meirelles para pegar a relação dos alunos matriculados para no momento oportuno retornar à Secretaria de Educação do Estado e levar a relação completa dos alunos, pois a



resposta obtida sobre, foi que com sete alunos, o Estado não disponibilizaria o transporte, pois sairia caro, dessa forma, propôs que fosse disponibilizada uma van no caso de não haver mais alunos matriculados e ficaram de analisar e dar uma resposta ou enviá-la diretamente para a Secretaria de Educação do Município de Itapemirim; disse que argumentou que há alunos matriculados no 2º e 3º ano da Escola Viva, ingressados em alguns projetos, prestes a concluir o Ensino Médio e se esses alunos forem enviados para a escola de Garrafão devido à falta do transporte público, todo o trabalho, estudo e projeto iniciado ficará perdido; mencionou que existia ainda uma dificuldade grande em relação aos alunos de Itaipava e Itaoca e que ficaram de decidir no dia seguinte sobre o transporte, mas que sua pessoa acreditava que tais alunos também seriam contemplados com o transporte escolar, porém a maior dificuldade estava relacionada aos alunos do interior que sempre pagam um preço alto, pois pela falta do transporte escolar, esses alunos têm o seu estudo prejudicado e futuramente, no mercado de trabalho, não conseguirão concorrer à altura com os alunos que tiveram a oportunidade de estudar numa escola com mais estrutura e qualidade, em seguida fez um apelo à Secretária de Educação do Município de Itapemirim para que comprasse essa briga e os alunos de Itapemirim fossem contemplados com o Transporte Escolar, podendo assim concluir seus estudos; citou a indicação feita por sua pessoa na presente sessão relacionada à Odontologia Hospitalar e disse que graças a Deus conseguiram atendimento odontológico para pacientes internados na UTI do Hospital Menino Jesus; falou que estavam prestes a aprovar um convênio junto à Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim para que o Hospital Menino Jesus seja administrado por esta, que estavam esperando chegar algumas informações de prestação de contas para que o convênio seja apreciado, que não sabia se junto com o convênio havia sido apresentado o Plano de Trabalho, mas caso ainda não tivesse sido, pedia encarecidamente que a Secretária de Saúde incluísse a Odontologia Hospitalar no plano; **Vereador Paulo Sérgio de Toledo:** agradeceu ao SAAE, pois na sessão anterior fez uma cobrança relacionada à Rua do Cigano em Campo Acima e na presente semana acompanhou o trabalho do SAAE nesta rua; agradeceu em especial ao Maurício que estava à frente do trabalho e disse ter visto a dificuldade do mesmo, pois no passado a empresa SANEVIX, que já teve seu contrato encerrado, foi contratada para fazer o serviço de saneamento básico em Campo Acima e colocou tubulações que não suportaram a demanda do bairro, de forma a não conseguir fazer toda a drenagem de esgoto, com isso o SAAE estava tendo que trocar a maioria das tubulações que foram feitas pela SANEVIX, mas que com muita dedicação, com muito trabalho, o SAAE estava resolvendo o problema dessa rua; disse que a resposta que obteve da Secretaria de Obras e do Prefeito Municipal foi que assim que o SAAE concluísse o serviço de saneamento básico e drenagem da rua acima citada, a mesma seria pavimentada e que a expectativa de se iniciar a pavimentação era a partir da próxima semana; concluiu dizendo que indicações de outras ruas de Campo Acima que estão com o mesmo problema já haviam sido apresentadas e que lutariam juntos com a administração para que Campo Acima seja atendida com os serviços públicos. O **Vereador João Bechara Netto** disse que na sessão anterior, a Casa por maioria de voto resolveu aprovar a Urgência Especial do Projeto de Lei Complementar que aumenta o quantitativo de professores contratados (Professor I, II e Especialista em Educação), totalizando mais 142 profissionais contratados mediante Processo Seletivo e na ocasião sua pessoa fez o pedido de vista para requerer informações mais detalhadas da Secretaria de Educação e na presente semana os problemas começaram a acontecer e um dos problemas foi a preocupação do Vereador Paulo Sérgio de Toledo quando justificou a Urgência Especial; disse ainda que o Vereador Paulo Sérgio de Toledo assim como sua pessoa presenciou pais de alunos especiais na qual os filhos não tinham professor e já não vinham tendo há mais de ano e com isso aproveitaram a argumentação do período de pandemia para não contratarem professor auxiliar; falou que recebeu o relato de uma mãe que tem um filho autista que estuda na Creche Maria da Penha, no Bairro Santo Antônio e a mesma se dirigiu à Creche para saber o que o filho precisaria para começar a estudar e na creche informaram que não havia professor



auxiliar para cuidar de seu filho, sendo que já há um projeto aprovado e sancionado; relatou que a mãe clamou pelo amor de Deus, pois solicitou ano passado a contratação de professor auxiliar para seu filho e o mesmo não vai poder estudar pela falta do professor de educação especial; mencionou que na mesma situação, uma mãe do Rosa Meirelles questionou dizendo que a Câmara havia acabado de votar e aprovar Projeto de Lei para aumento de quantitativo de professores DT para Educação, mas o Projeto de Lei não constava para o cargo de Professor Auxiliar e que era de muita crueldade o que o Executivo estava fazendo com os pais de criança com deficiência que estavam sofrendo há tempo com o desrespeito e a desumanidade da atual gestão e que todos os pais tinham que se unir e cobrar o direito de seus filhos; disse que vai ser mais um ano em que os pais de alunos especiais não terão nos educandários do município um professor auxiliar e indagou aos vereadores se os mesmos percebiam a importância de um pedido de vista num projeto desse, pois teriam tempo de debater melhor tal reclamação, aproveitariam a base governista para levar a demanda e incluir no projeto o professor auxiliar, mas a negativa de seu pedido de vista acabou passando por cima de tudo, não tendo os vereadores mais tempo para discussão do projeto, pois o mesmo já havia sido aprovado; falou aos vereadores que antes de aprovar a urgência especial do projeto é importante ver os desdobramentos e enxergar na frente o que pode acontecer;

Vereador João Bechara Netto: disse que o segundo assunto era tão delicado quanto o primeiro, pois o município estava servindo de penduricalhos para cabos eleitorais de municípios vizinhos, que existiu uma falsa impressão na aprovação do último projeto da sessão anterior de que o projeto ia gerar emprego no município, que houve uma visão distorcida, uma argumentação errônea de quem opinou por aprová-lo e na verdade o que estava acontecendo era que a regularização desses cargos daria condições ao prefeito de empregar pessoas de fora em troca de apoio político para pré-candidata a Deputada Estadual Luciana Peçanha, pois há muita gente de fora trabalhando na prefeitura; falou sobre a reivindicação feita por sua pessoa na Tribuna e também em seu Facebook com relação à necessidade de plotagem dos veículos da prefeitura, da frota municipal, seja o veículo pesado ou leve para facilitar a fiscalização dos órgãos de controle e também do Poder Legislativo e o controle social por parte da população, que então os veículos foram plotados com adesivo azul, mas que alguns vão até divisa dos municípios vizinhos com os tais forasteiros e quando chegam na divisa, arrancam o adesivo e no dia seguinte colocam novamente, que inclusive tal prática estava sendo usada para atender vereadores de municípios vizinhos e é por isso que muitas vezes um cidadão tenta agendar um carro e recebe a resposta rotineira de que não tem;

Vereador João Bechara Netto: disse que a Saúde vai de mal a pior, que na Grande Piabanha existe o Posto de Saúde do Retiro e a Estratégia de Saúde de Família deste é para atender toda a Piabanha, que atualmente são disponibilizadas dozes fichas para marcação de consulta e para o cidadão conseguir uma ficha tem que estar entre meia-noite a 1h no local para dormir, pois se chegar às 3h já não consegue mais ficha para consultar, pois a médica que atende no Posto do Retiro tem que se desdobrar para atender a Sentinela, de forma que Piabanha fica descoberta; mencionou que numa gestão onde se tem um prefeito que é médico, que fala tanto em cuidar de gente, é inadmissível a Saúde estar na UTI como está; concluiu dizendo que o povo clama por dias melhores e a Casa de Leis precisa dar uma resposta aos clamores da população. O **Vereador Presidente José Lima:** disse que o Distrito está desguarnecido na questão odontológica e acredita estar acontecendo no Município todo e os maiores prejudicados são as pessoas de menor poder aquisitivo, o setor público é para beneficiar e levar o atendimento básico à população por direito e não favor; mencionou que a saúde deveria ser muito bacana por motivo do prefeito ser médico, e considera lamentável fazer tais comentários e no distrito de Santo Amaro só foi feito o Posto; relatou que a partir do mês que vem estarão trabalhando para ter a Câmara nas Comunidades, que os vereadores estão se preparando para isso e irão no Distrito de Itapecoá por não ter representante e ouvir as demandas das comunidades, considera um dos melhores projetos, pois quem sabe o que o povo precisa é o próprio povo. Em seguida foi dado início à **ORDEM DO DIA: Projeto de**



f

Lei Nº 8/2022. Ementa: Altera o anexo II da Lei Municipal Nº 2.442, de 12 de julho de 2011, que institui o Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Itapemirim, e dá outras providências. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** O Projeto entrou em Discussão Única. O **Vereador Júlio César F. Magalhães** falou que segundo o parecer da Procuradoria, foi mencionada a Lei de Responsabilidade Fiscal e em um dos parágrafos constava que nem para os dois anos subsequentes poderia sofrer um aumento maior do que é previsto na lei e era previsto até 70% do orçamento e para o atual ano a média atingida seria de 60%, mas para o próximo ano seria atingido 78%, no ano subsequente atingiria 79% e quando próximo Presidente assumir em janeiro de 2023 já estará atingindo 72%, em fevereiro 68%, 73% em março e quando chegar em dezembro que é pago o 13º salário será atingido 131%, ou seja na soma a média será de 78% e dessa forma o próximo presidente terá que sanar o problema, como o atual presidente teve que sanar o problema do anterior; disse que teriam que tomar cuidado e que votou contra o Executivo em relação ao aumento de cargos por entender que não era necessário a criação de mais cargos, que precisavam de empregos pelo fato de ter muitas pessoas necessitadas que precisam ser ajudadas, mas a responsabilidade com o dinheiro público é dever dos vereadores e então seu parecer seria contrário ao referido Projeto de Lei por querer ser coerente com a Responsabilidade Fiscal e não só com o que fiscaliza no Executivo como também onde trabalha que é o Legislativo; o **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que a fala do Vereador Júlio César Ferreira o preocupou e que se o parecer da Procuradoria da Casa menciona que os 70% foram ultrapassados, sua pessoa não poderia solicitar para que o projeto fosse retirado de pauta, mas sugeria que o Presidente Vereador José Lima retirasse para uma melhor análise. O **Vereador Júlio César F. Magalhães** disse que não foi citado que o valor havia ultrapassado os 70%, mas que não podia ultrapassar nem no atual ano e nem nos próximos dois anos subsequentes e a tabela apresentada, impressa em suas mãos, mostrava valores que ultrapassavam 70% e dessa forma, o próximo presidente se não quiser cometer erro teria que exonerar pessoas de cargos. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que baseado no documento que compõe o projeto e que em anos posteriores, a Câmara poderá passar do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seu voto também seria contrário ao projeto; sugeriu que o projeto fosse retirado de pauta para análise ou votaria contrário pela instrução que a própria contabilidade da Câmara inseriu no documento no projeto; falou que para todo projeto de lei que vai onerar é solicitado pela própria presidência e mesa diretora que a Contabilidade, além de sua declaração do impacto financeiro, insira também no projeto algumas documentações que comprovem a responsabilidade da parte financeira da Câmara e que baseado na documentação que a Contabilidade da Casa disponibilizou para o projeto seu voto seria contrário ao mesmo. O **Vereador João Bechara Netto** disse que foi justamente para evitar desconfortos que sua pessoa havia proposto a Urgência Simples e que matéria orçamentária e financeira, ainda mais tabelas com números pequenos, requer uma análise e com a Urgência Simples daria tempo de verificar todos os dados detalhadamente e por isso sempre fala que não é legal a aprovação de projetos a toque de caixa, que cansou de falar, mas que parecia estar falando para as paredes e quando chega num momento como o que estavam, os vereadores ficam todos encurralados, pois os anos de 2023 e 2024 estavam estourados por ter passado do limite de gasto com pessoal; mencionou que o mais prudente seria pegar os cinco projetos da Ordem do Dia, retirar de pauta e analisar melhor, de forma a rever o impacto orçamentário e financeiro dos projetos que tem o impacto, pois o plenário era soberano para isso e o presidente tinha essa autoridade. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** perguntou ao Vereador João Bechara Netto como estava a declaração do contador; o **Vereador João Bechara Netto** respondeu que no final do relatório de impacto constava claramente que a única certeza que poderiam ter e passar é que para o exercício financeiro de 2022, a Câmara conseguirá cumprir com todas as suas metas definidas, já nos exercícios posteriores, ou seja 2023 e 2024, caso o município tenha algum déficit orçamentário que venha ferir o princípio da legalidade, o Presidente da Casa

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



deverá adotar medidas para enquadramento dos preceitos legais que norteiam a gestão pública para não estourar a folha. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que há alguns projetos de lei que uma vez votado não tem como voltar atrás, em seguida dirigiu a palavra ao Vereador Presidente José Lima e disse que sabe que a responsabilidade cai sobre o presidente, que os vereadores estavam deixando tudo transparente, pois tinha decisões que o presidente podia tomar e outras que podia adiar. O **Vereador João Bechara Netto** disse que havia cinco projetos na pauta, que o Projeto de Lei N° 8/2022 referente ao plano de carreira das letras demonstrava que 2023 e 2024 estoura o gasto com pessoal, sendo assim sugeriu a retirada do mesmo; em relação aos os Projetos de Lei N° 9, 10 e 11/2022 sugeriu que os mesmos fossem mantidos na pauta por não existir nestes a exigência legal de impacto orçamentário-financeiro nem declaração de ordenador e que fossem discutidos em votação única, respeitando a Urgência Especial; disse que o Projeto de Lei N° 12/2022 já era um projeto que apresentava a mesma tabela de 2023 e 2024, mas estourando o gasto com pessoal e sugeriu por prudência a retirada deste juntamente com o Projeto de Lei N° 8/2022 para melhor análise das tabelas. O **Vereador Presidente José Lima** falou que o Projeto de Lei N° 8/2022 foi apresentado e não houve má fé, que nos demais projetos houve apenas recuperação de letras; sugeriu a retirada dos cinco projetos de pauta e apresentação dos mesmos na próxima sessão. O **Vereador Júlio César F. Magalhães** falou que são muitos questionamentos acerca de vários projetos e que achava que os projetos que não geram impacto, conforme mencionado pelo Vereador João Bechara Netto, poderiam ser discutidos. O **Vereador Presidente José Lima** disse que os Projetos de Lei N° 8 e 12/2022 seriam retirados da pauta para serem discutidos na próxima sessão e o restante dos projetos seria mantido. O **Vereador João Bechara Netto** explicou que o Vereador Presidente José Lima estava acatando a sugestão dada por sua pessoa. A sugestão de retirada de pauta dos Projetos de Lei N° 8 e 12/2022 dada pelo Vereador João Bechara Netto e acatada pelo Vereador Presidente José Lima entrou em votação, sendo aprovada por unanimidade. **Projeto de Lei N° 9/2022. Ementa:** Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos Guardas Legislativos Municipais pertencentes ao quadro permanente da Câmara Municipal de Itapemirim nos termos em que especifica. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** O **Vereador João Bechara Netto** disse que ao rever o referido Projeto, o mesmo também tinha declaração de ordenador e impacto orçamentário estourado, apresentando uma extrapolação de gasto com pessoal para os anos de 2023 e 2024. Em seguida o referido Projeto de Lei também foi retirado de pauta, sendo adiada a votação, conforme decisão em Plenário, na 02ª Sessão ordinária de 08 de fevereiro de 2022 e encaminhado à Presidência para nova inclusão na Ordem do dia. **Projeto de Lei N° 10/2022. Ementa:** Altera o anexo I da Lei Municipal N° 2.932, de 03 de maio de 2016, que dispõe sobre a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** O projeto entrou em Discussão Única. O **Vereador Júlio César F. Magalhães** falou que antes de se tornar político, quando ligava a televisão e via sobre o Auxílio-Paletó dos Deputados isso acabava com sua pessoa que no presente se encontrava em uma situação como a dos deputados; disse ainda que entendia e todos sabiam o quanto o vereador é solicitado para ajudar pessoas e o salário não dá para abraçar a causa de todos, que o discurso dos vereadores sempre foi dizer que ganha bem, pois realmente ganham bem e não ficava a vontade para votar em algo que lhe beneficiaria, que apesar de saber que é algo que ajuda muito os trabalhadores e não criticava quem pensava diferente, sua pessoa como vereador, que tem um salário bem pago pelo município, votaria no próximo ano a favor do reajuste que está defasado, pois estará votando para um outro vereador e não para si mesmo, pois esse ano se concordar com o aumento vai estar aumentado para si e seu voto era por não mexer na tabela. O Projeto entrou em Votação Única, sendo aprovado. **Projeto de Lei N° 11/2022. Ementa:** Altera o §1º do art. 2º da Lei Municipal N° 2.918, de 21 de dezembro de 2015, que disciplina a concessão de auxílio alimentação dos servidores ativos (efetivos e comissionados)



da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** O Projeto entrou em Discussão única. O **Vereador João Bechara Netto** disse que ao realizar a leitura, verificou uma inconsistência que mostrava que o parecer jurídico seria favorável desde que fosse juntado ao projeto, um relatório de impacto orçamentário e financeiro e a declaração de ordenador de despesa, o que não foi apresentado e que acompanharia o parecer jurídico, pela não apresentação destes, em seguida sugeriu que o referido Projeto de Lei fosse retirado de pauta, a não ser que alguém tivesse alguma argumentação que o convencesse a pensar o contrário. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** perguntou se o auxílio-alimentação incide na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois em seu entendimento não incide e não incidindo, não via a necessidade do impacto financeiro e da declaração do Presidente e do Contador; falou que o Vereador Júlio César Carneiro poderia auxiliá-los por ter conhecimento na área jurídica. O **Vereador Júlio César Carneiro** disse que o podia ser retirado a qualquer tempo por ser um complemento e não fazer parte da pecúnia dos proventos. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que entendeu o que foi dito pelo Vereador Júlio César Carneiro, que o auxílio-alimentação pode ser concedido, mas retirado no caso de futuramente o Presidente da Câmara receber uma informação de que a partir de determinada época o limite constitucional pode ser ultrapassado, mas que não precisavam se preocupar com tal questão porque o auxílio-alimentação não incide na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo assim, seu voto seria favorável à proposta do projeto continuar em pauta. O **Vereador João Bechara Netto** falou que naquele momento teve a informação do Gerente Contábil de que o ticket-alimentação não entrava no cômputo de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o parecer jurídico estava equivocado com relação a isso e tudo isso acontecia por causa de pressa, porque se tivesse uma semana para analisar, nada disso estaria acontecendo, mas entendia também que deveria ter no projeto uma declaração da Gerência Contábil informando que o ticket-alimentação não entrava no cômputo da Lei de Responsabilidade Fiscal, e dessa forma acompanharia o entendimento do Vereador Paulo Sérgio de Toledo. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** dirigiu a palavra ao Vereador Presidente José Lima e disse que o mesmo havia proposto a emenda do projeto em pauta e sugeriu que antes da discussão, a emenda fosse proposta. O **Vereador Presidente José Lima** disse ao Vereador Paulo Sérgio de Toledo que o projeto era referente ao aumento do auxílio-alimentação e não do abono natalino. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** se desculpou e disse ter se equivocado; falou que o projeto em questão não tinha a emenda da retroatividade para janeiro, que a Mesa Diretora propôs Auxílio-Alimentação no valor de um salário mínimo, que os servidores da Câmara almejavam a correção desde 2016 e em conversa com o Vereador Presidente José Lima, o mesmo se comprometeu que até o final de sua gestão, as correções seriam feitas e colocadas em pauta para que o servidor não perdesse com a falta das correções monetárias e dessa forma, seu voto seria favorável ao projeto. O referido projeto entrou em votação única, sendo aprovado por unanimidade. **Projeto de Lei Nº 12/2022. Ementa:** Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei Nº 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim. **Autoria: José de Oliveira Lima, Paulo Sérgio de Toledo Costa, João Bechara Netto.** Adiada a votação do Projeto, conforme decisão em Plenário, na 02ª Sessão ordinária de 08 de fevereiro de 2022. Encaminhado à Presidência para nova inclusão na Ordem do dia. O **Vereador João Bechara Netto** disse que a Ordem do Dia estava encerrada, mas antes de passar a palavra ao Vereador Presidente José Lima para encerramento dos trabalhos, lembrou que na sessão anterior solicitou que fosse feito um convite ao Secretário de Turismo para prestação contas sobre o natal de luz de Itapemirim, pois foi um compromisso que fez com a população em sua página pessoal do Facebook, mas que esse convite não havia sido feito por uma falta de comunicação interna e então estava reforçando o convite para que na próxima sessão, o Secretário de Turismo desse a honra de sua presença. O **Vereador Presidente José Lima** se desculpou pelo convite não feito, pois houveram imprevistos e disse que o convite seria feito durante semana, em seguida falou que os projetos retirados de pauta




iriam retornar e de repente seriam até reprovados, que seu papel era realizar o encaminhamento e que a intenção era acertar. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que apenas para ficar registrado em ata, pediu a confirmação de que a Urgência Especial votada havia sido transformada em Urgência Simples e o projeto quando voltasse para a pauta seria votado em Discussão e Votação Única e em seguida o Vereador Presidente José Lima confirmou. O **Vereador Presidente José Lima** agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.



José de Oliveira Lima

Presidente



Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

Exato do text. Fred
ANTONIO CARLOS HELVECIO
Camilo Henrique
Remildo Nascimento Peçanha
Alcides de Amorim Ocas
Alcides de Amorim
Júlio César Ferreira de Magalhães